

# sobre tudo

## PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A famosa máxima de Angela Davis, para quem “Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” se aplica muito profundamente quando pensamos em nosso ambiente escolar e na Educação Básica como um todo. A existência da Lei nº 10369/2003, atualizada pela nº 11.645/2008, a qual instituiu que “O conteúdo programático [...] incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”, não tem sido o suficiente para assegurar que esse trabalho de fato se faça presente, efetivado em uma perspectiva antirracista, como é preciso que a educação seja, com vistas a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e que respeite os direitos humanos.

Para além do plano dos conteúdos e da valorização da cultura negra na escola, é preciso que esta se volte a garantir o acesso e a permanência da população negra em seu interior, como meio de transformação social em um país no qual as mazelas do racismo se fazem ver diariamente na exclusão e no genocídio da população negra e pobre. Não surpreende, pois, que em um contexto de pandemia,

negros tenham mais chance de serem infectados e corram maior risco de hospitalização e morte, como revelam diversos estudos. Aliás, números que evidenciem o racismo estrutural não faltam. Há, por exemplo, pesquisa do IBGE de 2018 apontando que os negros no Estado de Santa Catarina ganham cerca de 39,2% a menos que os brancos. Some-se, ainda, a invisibilização da população negra na narrativa histórica e no imaginário do Estado de Santa Catarina, o qual sistematicamente insiste em hipertrofiar uma “europeidade” ancestral, materializada em epítetos como “Vale Europeu” ou na ideia de que em Florianópolis são todos “manezinhos” descendentes de açorianos, como uma espécie de história única da cidade.

Em tal cenário, os dados de autodeclaração étnico-racial do Colégio de Aplicação da UFSC evidenciam, infelizmente, que o ingresso na Educação Básica por sorteio não garante que tenhamos a população negra minimamente representada em nossa estrutura escolar. Conforme dados dos sistemas acadêmicos do CA/UFSC, no Ensino Fundamental, dos 689 estudantes matriculados em 2020, apenas 28 se autodeclaravam pretos e 33 pardos. São, pois, cerca de 4% de pretos e 4,7% de pardos, que, se somados, demonstram uma proporção muito inferior aos 12,6% de autodeclarados pardos e 2,6% de pretos do Estado de Santa Catarina - números do censo de 2010, certamente já defasados. No Ensino Médio, de 271 estudantes, apenas 10 são autodeclarados pretos e 21 pardos, o que mostra proporções ainda mais reduzidas - 3,6% e 7,7%, respectivamente. Nesse sentido, como disse a professora Lia Vainer Schucman numa das formações promovidas pela Comissão de Ações Afirmativas do CA/UFSC, é preciso que se note que, em uma sociedade estruturada pelo racismo, se não se faz nada para mitigar esse problema, fatalmente se reproduzirá em uma estrutura racista. Urgem, pois, medidas para que o Colégio de Aplicação da UFSC, hoje, possa dizer que trabalha por uma educação antirracista.

Em uma tentativa de propor reflexões sobre essa invisibilidade, sobre como a reprodução de práticas racistas se perpetua no espaço escolar, mas também com o intuito de contribuir para o debate antirracista, abrimos a presente edição da revista **Sobre Tudo** com um dossiê especial ao tema, intitulado “Práticas antirracistas na Educação Básica: caminhos e conceitos”. A apresentação desse especial foi elaborada pela Professora Maristela Campos, nossa editora convidada, que em “Por uma educação ‘just[a] e complet[a] como um abraço’ ”, articula uma homenagem à pensadora feminista e antirracista bell hooks à necessidade da construção de uma escola com princípios inclusivos, que efetivamente atendam as crianças e adolescentes pretas, pardas, indígenas, quilombolas e com deficiência.

O primeiro texto do especial é “O lugar do negro no livro didático de português: representações étnicas no ensino de língua”, artigo em que o Professor Eduardo Oliveira Henriques de Araújo, da UFPE, examina como os textos verbais selecionados por autores de um manual para os Anos Finais do Ensino Fundamental abordam personagens negras e elementos da cultura negra, bem como a maneira como são ilustradas essas referências em textos não verbais. Ainda no campo das Linguagens, no artigo “A literatura nos exames seletivos a partir da Lei 11.645/2008 e a segregação racial no Brasil”, estudante e bolsista PIBIC Bianca Maria de Souza e seu orientador, o Professor Celdon Fritzen, da UFSC, fazem uma aproximação entre questões raciais e literatura, com o intuito de verificar se a problematização crítica dos mecanismos simbólicos de segregação racial de nossa formação histórica faz-se presente em questões do ENEM e de alguns dos maiores vestibulares brasileiros.

Em um artigo voltado a relatar uma experiência docente, os Professores Daiane Cristina Faust, do IFRS/Campus Farroupilha, Isabel Cristina Dalmoro, da SEDUC/RS, e Celso Eduardo Santos Ramos, da SEEDUC/RJ, elaboram a proposta “Híbrida ancestral – guardiã brasileira:

uma discussão para além da estética”. Trata-se uma estratégia didático-pedagógica transversal, desenvolvida em turmas do Ensino Médio, da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul, via Google Classroom, durante o ensino remoto emergencial, no ano de 2020, norteadas pela questão: “como componente curricular escolar, como a Filosofia pode contribuir para uma educação antirracista?”.

Há, ainda, dois ensaios em nosso dossiê temático - um deles se volta para longe, o outro evidencia as questões raciais na nossa própria instituição, mas ambos vão pensar o acesso à educação pela comunidade negra. Mamadu Mustafa Bari e Jilvania Lima dos Santos Bazzo, ambas da UFSC, elaboraram “Reflexões sobre currículo no contexto de Guiné-Bissau”, texto em que analisam o trabalho desenvolvido por organizações juvenis de bairro guineenses, as quais promovem atividades educativas para a comunidade, evidenciando o impacto e os efeitos desses currículos na formação política e no processo de conscientização por meio de uma educação dialógica e antirracista.

Já as Professoras Juliete Schneider e Maristela Campos, juntamente com o Servidor Técnico-Administrativo Dyego Anderson Silva Pereira, os três da UFSC, são os autores de “Ações afirmativas na Educação Básica da Universidade Federal De Santa Catarina: relato de trajetórias no Núcleo de Educação Infantil e no Colégio de Aplicação”. O ensaio é parte de um grande movimento de diálogo sobre as transformações nas relações sociais, raciais e étnicas em curso na UFSC, a partir do contexto da política pública de ações afirmativas. O texto recupera o percurso da instituição na implantação das cotas de ingresso em nível de graduação e de pós-graduação, além do movimento em alguns Colégios de Aplicação, por vezes instados por ações judiciais ou do Ministério Público, para problematizar as práticas e construir uma política de ações afirmativas.

Fora do nosso dossiê, mas não fora do diálogo, temos artigos científicos que tratam de temáticas diversas e em alguma medida complementares. A Professora Camila Vieira da Rosa Alves, da UDESC, é autora de “Educação Infantil e sua função sociopolítica perante suas famílias”, um artigo em que discute a função sociopolítica da Educação Infantil, problematiza os documentos oficiais e reafirma o direito das crianças e das famílias de estarem presentes nas instituições. A presença das famílias na escola, aliás, está no cerne da pesquisa da Professora Carla Ruas Lucas, da Escola Municipal de Educação Infantil Renascença, de Belo Horizonte, e do Professor Cleverson Ramom Carvalho Silva Correio, do IFSMG Campus Manhuaçu, os quais voltam o olhar para a Comunidade Escolar ao propor o trabalho “Gestão participativa educacional: uma análise do comprometimento de pais e responsáveis na gestão escolar”. Trata-se de um trabalho que evidencia como o modelo de gestão escolar constitui um importante instrumento de fortalecimento e garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Em se tratando de experiências docentes, as Professoras Renata Gomes Luis e Nadia Karina Ruhmke-Ramos, ambas da UFSC, propõem o artigo “Ensino-aprendizagem de línguas adicionais e formação de professores nas atividades pedagógicas não-presenciais (APNPs): desafios na construção de identidades em comunidades prática emergentes”. O relato tece importantes reflexões sobre suas identidades como professoras de língua adicional da Educação Básica e professoras formadoras na transição do ensino presencial para as Atividades Pedagógicas Não-Presenciais, as APNPs, em tempos de pandemia e isolamento social.

Aprofundando no campo do estágio na Educação Básica, as Professoras Scharlene Clasen, da UDESC, e Priscila Fabiane Farias, da UFSC, trazem uma importante contribuição para o debate da formação de professores durante o período de aulas não presenciais. Em “Entre a

esperança e as condições materiais: relato de experiência sobre o estágio supervisionado em inglês em tempos de ensino remoto e pandemia”. O artigo acompanha uma turma de estágio, durante o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, trabalho desenvolvido em uma turma do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UFSC. Norteadas pelas questões “É possível realizar um estágio em inglês durante a pandemia de forma remota na perspectiva da Pedagogia Crítica?” e “Como manter a esperança em meio ao desespero e as dificuldades presentes nesse contexto?”, as autoras buscam a intersecção entre a compreensão das condições materiais e a esperança como imperativo existencial.

Não menos importantes são as contribuições de nossos jovens pesquisadores, com seus trabalhos de Iniciação Científica na Educação Básica. A estudante do Ensino Médio Carolina Goulart Kowalczuk, bolsista de Iniciação Científica Júnior do CNPq, orientada pelos Professores Victor Hugo Nedel Oliveira e Daniel Giordani Vasques, todos do Colégio de Aplicação da UFRGS, em Porto Alegre-RS, desenvolveram o trabalho “Análise das percepções sobre ciência e iniciação científica de jovens estudantes do Ensino Básico”. O trabalho analisa as percepções que os alunos do IC Pixel têm sobre ciência e sobre a disciplina de IC no Colégio de Aplicação da UFRGS.

Em seguida, as estudantes do Ensino Médio Izamara Cristina Brito de Oliveira Cardoso e Ana Júlia Dueti Martins Vila, bolsistas do Grupo de Iniciação Científica Júnior em Ciências e Matemática (GICEM), ambas orientadas pelos Professores Jeferson Junior Batista Silva e Juliana Silva de Melo, todos da Escola Estadual do Parque São Jorge, em Uberlândia-MG, realizaram a pesquisa “Blindaid Market: proposta de aplicativo que auxilia nas compras de pessoas cegas, deficientes visuais e analfabetas”. O trabalho apresenta uma alternativa para um problema relatado pelas pessoas deficientes visuais de sua comunidade: os leitores para consulta de preços em lojas e supermercados, que não possuíam uma

adaptação com áudio, apresentando o preço e a descrição do produto apenas em uma tela pequena, o que impedia a autonomia de inúmeras pessoas durante as compras.

O terceiro trabalho de iniciação científica na Educação Básica foi desenvolvido pela estudante secundarista Eduarda Vieira da Silva, bolsista de Iniciação Científica Júnior do CNPq, orientada pela Professora Leila Lira Peters, as duas do Colégio de Aplicação da UFSC, e é intitulado “Circo nos Anos Iniciais do CA: uma nova brincadeira?”. A proposta, desenvolvida antes da pandemia de Covid-19, busca compreender como as atividades circenses podem ser integradas aos conteúdos da disciplina de Educação Física e quais são suas possíveis contribuições para a ampliação das práticas corporais na escola.

Colorindo com a arte da escrita a nossa revista, temos dois textos de literatura. O primeiro é uma crônica da estudante Marta Jéssica Miranda Lopes, da Escola Secundária Pedro Verona Pires, orientada pela Professora Verônica Barbosa Ribeiro, vinculada ao Ministério da Educação, ambas de Cabo Verde. O texto “Alimentação! Sim. Mas o que comer?”, reflete sobre como uma má alimentação afeta a saúde e a vida, sobre a falta de orientação educacional para uma alimentação saudável nas escolas cabo-verdianas e sobre o peso do poder econômico das famílias nas escolhas alimentares. Por fim, em “Um loop mortal: perguntas criadas em uma fração de segundos”, a estudante Fernanda Outeiro Domingues, do Colégio de Aplicação da UFSC, orientada pelo Professor George França, traz um conto de ficção científica, em que seres humanos e andróides convivem e desafiam a memória, o esquecimento e os limites éticos, embaralhando as fronteiras entre realidade, loucura e ficção.

Encerrando nosso editorial, registramos o momento histórico de esperança que vivenciamos na Educação Básica da UFSC: finalmente, nossos servidores docentes e técnicos receberam as duas doses da

vacina, alguns já tomando o reforço da terceira dose, e a parcela adolescente de nosso alunado foi igualmente vacinada. Por essa razão, na capa da presente edição não contemplamos mais uma escola vazia, mas um grupo de estudantes no pátio, ainda que com máscaras e em lugar aberto, graças a queda exponencial dos casos de contaminação e mortes causadas pela Covid-19 no Brasil, em Santa Catarina e, especialmente, em Florianópolis, que propiciaram a criação de uma nova modalidade de ensino: migramos do remoto ao semipresencial. Após meses de organização - que incluíram a criação de novos horários para favorecer o isolamento dos estudantes em grupos de convívio por série e turma, a medição de CO<sup>2</sup> nas salas para determinar sua capacidade máxima de pessoas, a distribuição de máscaras PFF2 entre profissionais e estagiários, a realização de testagens na escola, a sinalização e a adaptação dos espaços físicos e a criação de um Painel da Covid-19 no Ca e na UFSC - retomamos as atividades na escola a partir do dia 18 de outubro de 2021.

Até o presente momento, de acordo com o Painel CA COVID-19, monitorado pelo Setor de Enfermagem, desde o retorno foram comunicados 41 casos suspeitos, sendo 05 positivos, 35 descartados e 01 suspeito em isolamento aguardando resultado. Ressalte-se que a Educação Básica na UFSC, da qual faz parte o Núcleo de Desenvolvimento Infantil e o Colégio de Aplicação, constituem atualmente um “estudo piloto” da instituição, a qual tem avaliado e implementado medidas de proteção para um retorno seguro, que deverão ser replicadas no Ensino Superior e na Pós-Graduação, quando do retorno ao presencial, previsto para 2022. As primeiras conclusões do estudo sugerem que não houve nenhum caso de transmissão confirmado dentro do ambiente escolar, o que aponta para a eficácia das medidas adotadas pela UFSC para conter a propagação do vírus.

Todavia, a despeito de a nossa escola estar se revelando um ambiente seguro para crianças e jovens, houve um expressivo número



de famílias que optaram por manter seus filhos em casa: dos 987 estudantes matriculados no Colégio de Aplicação em 2021, 41,64% optaram pelo ensino remoto. Detalhando esses números: nos Anos Iniciais 29,76% dos estudantes permaneceram estudando em casa; nos Anos Finais permaneceram 43,89% e no Ensino Médio permaneceu mais da metade dos estudantes, o que corresponde a 54,24%. Preocupam-nos as razões da não adesão ao ensino semi-presencial no atual contexto, sobretudo entre os estudantes do Ensino Médio.

Para além do receio de contaminar-se, os primeiros dados obtidos destacam a diminuição da renda das famílias durante os últimos dois últimos anos - cenário que levou um número considerável de adolescentes a começar a trabalhar ou a assumir os cuidados da casa e de irmãos pequenos. Há igualmente famílias preocupadas em perder a cesta básica que vêm recebendo da escola desde o início da pandemia em substituição à merenda escolar, e mesmo a dificuldade de reinserir o custo do vale transporte dos estudantes no já tão diminuto orçamento familiar. São questões de vulnerabilidade social que atingem um expressivo grupo de estudantes da escola, se lembrarmos que 86 famílias já chegaram a solicitar cesta básica à APP, mas que atingem de modo mais dramático os estudantes negros e pobres. Enquanto buscamos mais informações e alternativas para lidar com a nossa realidade, esperamos que esta edição seja um passo a mais na ampliação do debate sobre práticas educacionais verdadeiramente inclusivas, antirracistas e que visem à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Até breve e uma boa leitura!

Comissão Editorial

Fernanda Müller

George França

Gláucia Dias da Costa

Lara Duarte Souto-Maior